

Sumário

Prefácio	
Carlos Alberto Rohrmann	13
<i>Capítulo 1</i>	
Introdução	15
<i>Capítulo 2</i>	
Sigilo bancário	19
2.1 Conceito	19
2.1.1 Distinção entre segredo e sigilo	22
2.1.2 Distinção entre sigilo bancário e sigilo de dados	23
2.1.3 Distinção entre sigilo bancário e sigilo fiscal	24
2.2 Conteúdo histórico	25
2.2.1 Conteúdo histórico geral	26
2.2.1.1 Primeira fase	26
2.2.1.2 Segunda fase	27
2.2.1.3 Terceira fase	30
2.2.1.4 Quarta fase	31
2.2.2 Evolução histórica no Brasil	32
2.3 Previsão legal	34
2.4 Fundamentos	41
2.4.1 Minha posição	42
2.5 Sigilo bancário como direito fundamental	43
2.5.1 Direitos fundamentais de primeira dimensão	44
2.5.2 Direitos fundamentais de segunda dimensão	45
2.5.3 Direitos fundamentais de terceira dimensão	46
2.5.4 Direitos fundamentais de quarta dimensão	47
2.6 Sigilo bancário como direito da personalidade	52
2.7 Dinâmica estrutural	56
2.7.1 Sujeito ativo	56
2.7.2 Sujeito passivo	58
2.7.3 Objeto	63
2.7.4 Ambiente virtual	66
<i>Capítulo 3</i>	
Da quebra do sigilo bancário	69
3.1 Critérios para o deferimento da quebra	69

3.1.1	Quanto às hipóteses.....	70
3.1.1.1	Quanto à seara cível.....	71
3.1.1.2	Quanto à seara criminal	72
3.1.1.3	Quanto à seara administrativa	74
3.1.2	Quanto à forma	75
3.1.2.1	A decisão deve ser tomada pela autoridade competente.....	76
3.1.2.2	Necessidade de individualização do objeto e do sujeito que terá o sigilo bancário quebrado	77
3.1.2.3	Necessidade de fundamentação	78
3.1.2.4	Necessidade de justa causa	80
3.1.2.5	Necessidade de procedimento instaurado ou processo em curso ...	81
3.1.2.6	Indispensabilidade da necessidade de quebra	84
3.1.2.7	Necessidade do estabelecimento do lapso temporal da quebra e da entrega das informações decorrentes	84
3.1.2.8	Observação dos princípios constitucionais	85

Capítulo 4

Iniciativa de formulação do pedido de quebra	89	
4.1	Possibilidade de quebra direta do sigilo bancário pelo Ministério Público	91
4.1.1	Breve evolução histórica do Ministério Público	91
4.1.1.1	No mundo	91
4.1.1.2	No Brasil	93
4.1.2	Perfil constitucional da instituição no Brasil.....	98
4.1.3	Da quebra direta do sigilo bancário pelo <i>parquet</i>	100
4.1.4	Minha posição e seus fundamentos.....	105
4.1.4.1	Temor histórico	106
4.1.4.2	Previsão legal	109
4.1.4.3	Imparcialidade	112
4.1.4.4	Possibilidade de o Ministério Público realizar e presidir investigações.....	115
4.1.4.5	Aplicação concreta do direito à privacidade	125
4.1.4.6	Reflexos de atuação na teoria dos freios e contrapesos	127
4.1.4.7	Princípio da proporcionalidade	131
4.1.4.8	Teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas	135
4.1.4.9	Princípio da eficiência.....	140
4.1.4.10	Supremacia do interesse público	143
4.1.4.11	O sigilo bancário como meio de difusão da prática de ilícitos.....	146
4.1.4.12	Responsabilidade do Estado e do membro do Ministério Público.....	148
4.1.4.12.1	Quanto à responsabilidade do Estado.....	148
a)	Sobre a teoria da irresponsabilidade	152

b)	Responsabilidade do Estado por erro de atuação	153
c)	Responsabilidade do Estado pela demora de atuação	155
4.1.4.12.2	Quanto à responsabilidade do membro do Ministério Público....	156
4.2	Possibilidade de quebra de ofício do sigilo bancário por um magistrado	162
4.2.1	Aspecto histórico	162
4.2.2	Da quebra direta do sigilo bancário pelo magistrado	165
4.2.3	Minha posição e seus fundamentos.....	170
4.3	Possibilidade de quebra direta do sigilo bancário pela Fazenda Pública	173
4.3.1	Aspecto histórico	173
4.3.2	Perfil constitucional	174
4.3.3	Da quebra direta do sigilo bancário pela Fazenda Pública	177
4.3.4	Minha posição e seus fundamentos.....	185
4.3.5	Programa de recuperação fiscal – REFIS	190
4.4	Possibilidade de quebra direta do sigilo bancário durante o estado de defesa e o estado de sítio	192
4.4.1	Quanto ao estado de defesa.....	192
4.4.2	Quanto ao estado de sítio	193
4.5	Possibilidade de quebra direta do sigilo bancário pelo Poder Legislativo	195
4.5.1	Perfil constitucional	195
4.5.2	Da quebra direta do sigilo bancário pelo Poder Legislativo	195
4.5.3	Minha posição e seus fundamentos.....	197
4.6	Possibilidade de quebra direta do sigilo bancário pelas Comissões Parlamentares de Inquérito	199
4.6.1	Aspecto histórico	199
4.6.2	Perfil constitucional	201
4.6.3	Da quebra direta do sigilo bancário pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.....	209
4.6.4	Minha posição e seus fundamentos.....	210
4.7	Possibilidade de quebra direta do sigilo bancário pelos Tribunais de Contas e Conselhos de Contas.....	215
4.7.1	Aspecto histórico	215
4.7.2	Perfil constitucional	218
4.7.3	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	227
4.7.4	Da quebra direta do sigilo bancário pelos Tribunais de Contas e Conselhos de Contas	230
4.7.5	Minha posição e seus fundamentos.....	230
4.8	Possibilidade de quebra direta do sigilo bancário pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)	232
4.8.1	Aspecto histórico	232

4.8.2	Perfil constitucional	236
4.8.3	Da quebra direta do sigilo bancário pelo COAF	239
4.8.4	Minha posição e seus fundamentos.....	241

Capítulo 5

Outros aspectos da Lei Complementar nº 105/2001		243
5.1	Seara cível	243
5.2	Seara criminal	252

Capítulo 6

Do sigilo bancário como meio de prova		261
6.1	Prova ilícita	261
6.2	Prova derivada	263
6.3	Encontro fortuito	266
6.4	Prova emprestada	268

Capítulo 7

Conclusões.....		269
Referências.....		273